

PROPOSTAS

APROVADAS

EIXO 1 – SAÚDE

Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas de Saúde

→ Nível Municipal

- 1) Aumento do número de equipes de internação domiciliar (Programa Melhor em Casa), sendo uma ou mais por região da cidade.
- 2) Aumento do número de equipes do “Estratégia Saúde da Família” (ESF) e de, no mínimo 17 equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com inclusão do profissional de Serviço Social.
- 3) Ampliação do número de educadores físicos nas equipes do NASF
- 4) Construção de mais uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na Região Leste, para dividir o território atendido. Atualmente, a unidade Armindo Guazzi atende aproximadamente trinta mil usuários sem recursos humanos suficientes.
- 5) Aumento do número de consultas médicas nas UBS (clínico geral), especialmente vagas de atendimento prioritário diariamente, para evitar que os usuários tenham que se deslocar para a UPA em situações que podem ser resolvidas na própria Unidade Básica.
- 6) Maior agilidade para consultas eletivas (exemplo: ortopedia) e exames (exemplos: Raio X, tomografia, dentre outros).
- 7) Aumento da oferta de atendimentos especializados, como as clínicas de fisioterapias para reabilitação. Atualmente, após ser encaminhado pela UBS, o paciente aguarda em fila por meses até ser atendido.
- 8) Ampliação das UBS para que tenham espaço para atendimento de fisioterapia e equipá-las com equipamentos fisioterápicos para realização adequada dos exercícios.
- 9) Médico geriatra nas unidades básicas de saúde de referência e nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS).

- 10) Grupos de cuidadores de idosos nas UBS que façam orientações aos familiares cuidadores.
- 11) Que a Secretaria Municipal de Saúde ofereça às equipes das UBS capacitações permanentes para melhoria da qualidade no atendimento aos usuários, sobretudo de pessoas idosas, para garantir o respeito e a agilidade no atendimento a este público em todas as áreas.
- 12) Aumento do número de UBS na cidade e ampliação do atendimento prestado nas unidades existentes.
- 13) Criar serviços intersetoriais de acompanhantes e/ou cuidadores de idosos que possuam determinadas fragilidades relacionadas às atividades básicas e instrumentais de vida diária.
- 14) Atendimento mais agilizado para retorno de consultas, como troca de medicamentos.
- 15) Melhor atendimento na Farmácia Municipal (falta de medicamentos).

→ Nível estadual e federal – 05 propostas

- 16) Organizar um sistema de contra-referência de idosos num período imediatamente pós alta hospitalar (24 a 48 horas), realizando comunicação ao serviço de referência de atenção básica sobre as condições de incapacidade do paciente com um Plano de Cuidados Domiciliares e Reabilitação a serem implementados num período de 30 a 60 dias.
- 17) Criação de unidades ou rede de reabilitação geriátrica descentralizadas, incluindo equipe multiprofissional, envolvendo parceria com serviços públicos, universidades, escolas técnicas e ONG's.
- 18) Campanhas permanentes de orientação sobre a importância das atividades físicas que trabalhem, ainda, prevenção de quedas.
- 19) Garantia de acesso ininterrupto aos medicamentos de uso contínuo, principalmente os relacionados a doenças crônicas, tais como diabetes, hipertensão, glaucoma.

20) Implantação de sistema informatizado de saúde (prontuário eletrônico e interligado nos sistemas de saúde municipal e estadual).

EIXO 2 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA

Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Assistência Social e Previdência

→ Nível Municipal

- 1) Implantar e descentralizar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa idosa em todos os territórios do município de Londrina, podendo ser dentro dos CRAS, incluindo a área rural
- 2) Aumentar o número de vagas nas Instituições de Longa Permanência para idosos que possuem termos de colaboração com a Prefeitura
- 3) Garantir a continuidade do serviço Casa Dia, com a dotação de recursos orçamentário e financeiros no orçamento da Secretaria do Idoso (SMI), visando sua não interrupção e gradativa ampliação de metas
- 4) Ampliação de vagas para Casa Dia, garantindo a inclusão de idosos dependentes de cuidado, com cofinanciamento municipal e destinação do imposto de renda
- 5) Ampliação do quadro de servidores municipais das políticas do Idoso e Assistência Social
- 6) Reposição e ampliação de equipes CREAS IV e CRAS com garantia do atendimento pela dupla psico/social;
- 7) Ofertar atendimento prioritário de beneficiários do BPC nos Centros de Convivência (CCI), CRAS, SCFV, CREAS e demais serviços da proteção especial
- 8) Implantação de vagas para idosos dependentes, sejam graus 2 ou 3, nos serviços já existentes com oferta de cuidadores, transporte adaptado, viabilizando condições necessárias para acesso
- 9) Implantação, para idosos em suposta violação de direitos, de serviço de acolhimento na modalidade casa de passagem (acolhimento provisório) em parceria com outras políticas públicas, em especial a política de saúde.
- 10) Implantação do serviço de família acolhedora para pessoa idosa

- 11) Criação de um programa municipal que disponibilize cuidadores para idosos.
- 12) Aumentar o atendimento do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas por região, de forma a garantir o aumento de metas para as pessoas idosas
- 13) Implantação de serviços que atendam a pessoas idosa dependente de cuidados no domicílio em parceria com a política de saúde. (Municipal e Estadual);
- 14) Oferecer capacitação para equipes de todos os serviços da assistência social e demais políticas públicas para compreender as especificidades da população idosa conforme suas necessidades. (Municipal, Estadual e Federal);
- 15) Implantação do serviço Centro Dia de forma descentralizada nos territórios com oferta de equipe, transporte com acompanhante, de forma articulada as demais políticas públicas, como saúde e transporte, com cofinanciamento do Estado e da União.
- 16) Ampliação de unidades de Residência Inclusiva para público atendido pela proteção especial
- 17) Fomentar a discussão com os Conselhos, Municipal, Estadual e Nacional do Idoso e da Assistência Social para elaboração de editais que visam o atendimento à população idosa
- 18) Incentivo, por meio de campanhas, para a destinação dos tributos do Nota Paraná às instituições não governamentais de atendimento à pessoa idosa.

→ Nível estadual e federal – 05 propostas

- 19) Redução da idade mínima para recebimento de BPC por idosos a partir dos 60 anos, com garantia de recebimento de um salário mínimo.
- 20) Manter os benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao salário mínimo nacional, sendo previsto em lei federal

- 21)** Garantir o atendimento presencial da pessoa idosa no INSS (não somente eletrônico), garantindo acolhimento conforme a condição da pessoa idosa e suas particularidades, além do sigilo das informações do Cadastro Único por parte do INSS.
- 22)** Ampliação da cota de 25% para cuidadores para os demais benefícios previdenciários e assistenciais
- 23)** Vinculação do trabalhador rural como trabalhador insalubre devido a exposição a agrotóxicos e atividade com alto desgaste físico e sua inclusão como trabalhador rural formal diminuindo a idade mínima para este público acessar a aposentadoria, sem exigência de tempo de contribuição, mas com comprovação de trabalho no campo, exigindo pagamento proporcional ao salário mínimo e todos os direitos trabalhistas

MOÇÃO

Apresentar abaixo assinado com o intuito de repudiar as modificações propostas na PEC 06/2019

Exigência de auditoria nas contas da Previdência e cobrança dos devedores

EIXO 3 – MORADIA E TRANSPORTE

Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Moradia e Transporte

→ Nível Municipal

- 1) Criação ou alteração de Lei Municipal que trata das calçadas da cidade, garantindo a acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência, concedendo um prazo para que os proprietários se adequem à norma (Lei 11.381, de 21/11/2011).
- 2) Fiscalização da Prefeitura sobre os proprietários de imóveis e terrenos que não realizam consertos nos buracos e irregularidades das calçadas.
- 3) Curso de capacitação e reciclagem periódicos aos motoristas e cobradores dos transportes coletivos, com inclusão de orientação para lidar com o público idoso ou pessoas com deficiência (sensibilização e informações sobre a legislação).
- 4) Proposta de que os ônibus de transporte coletivo tenham gravações (áudio ou vídeo) com informes sobre o direito ao assento preferencial pela pessoa idosa.
- 5) Projeto de Lei que conceda passagem municipal gratuita para idosos a partir dos 60 anos, com critérios para concessão como: ter renda até 2 salários mínimos e não estar trabalhando (possuir vale-transporte).
- 6) Adaptação dos ônibus para que os degraus sejam mais baixos, facilitando a entrada e saída de pessoas idosas, com deficiências e gestantes.
- 7) Maior fiscalização por parte da CMTU para os ônibus que não estacionem distante das calçadas.
- 8) Confecção de um cartão de transporte urbano municipal, para que as pessoas idosas acessem o coletivo pela porta da frente, minimizando riscos à pessoa idosa. O cartão deve ter foto, servir como identificação e possibilitar que o idoso utilize também a parte traseira do veículo.
- 9) Ampliação dos lugares/assentos para idosos e deficientes nos coletivos e fiscalização pelo órgão competente (CMTU).

- 10) Criação de mais terminais intermediários para integração de transportes e regularização de horários.
- 11) Alteração da faixa elevada de pedestres da Av. Arthur Thomas para as proximidades do sacolão e Posto de Gasolina, de forma a garantir a segurança dos usuários do CCI Oeste (IPPUL)
- 12) Prefeitura adquirir um ônibus específico para o transporte de idosos e/ou deficientes para eventos e passeios, além de outras situações específicas em regiões distantes do seu território.
- 13) Construção e implantação de um condomínio para idosos com renda até 02 ou 03 salários mínimos em forma de concessão, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Idoso e/ou COHAB/SMAS, com garantia de moradia para o idoso enquanto viver ou precisar.

→ Nível estadual e federal – 05 propostas

- 14) Conjunto habitacional para pessoas idosas.
- 15) Revisão da lei que trata do financiamento de imóveis para pessoas idosas, pois as regras atuais não permitem a aquisição da moradia financiada tendo em vista os critérios atualmente adotados (renda versus idade – Lei 12.419/2011)
- 16) Criação, pelo Governo, de subsídios específicos para pessoas idosas, com renda de até 05 salários mínimos, adquirirem a casa própria.
- 17) Alteração do texto do Decreto Federal 5.934/2006, alterando a categoria de ônibus de "convencional" para quaisquer tipos de veículos de transporte interestadual (leito, executivo, convencional), de forma a garantir efetivamente o direito à passagem gratuita e/ou com desconto.
- 18) Projeto de Lei Estadual que conceda passagem rodoviária intermunicipal, nos moldes da norma que concede passagens interestaduais.

EIXO 4 - CULTURA, ESPORTE E LAZER

Direitos fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer

→ Nível Municipal

- 1) Implantar locais de convivência públicos com garantia de segurança (Guarda Municipal), manutenção e atividades para socialização.
- 2) Revitalização dos espaços públicos existentes: praças, academias ao ar livre, retorno das mesas para jogar xadrez na biblioteca do centro, locais para caminhadas, etc.
- 3) Retomada dos Jogos do Idoso, anualmente, com inclusão no evento de um concurso de talentos culturais.
- 4) Maior oferta de atividades físicas com a supervisão de profissionais habilitados, seja por parcerias com a Fundação de Esportes, Secretaria de Saúde e instituições de ensino superior ou, ainda, com a contratação destes profissionais pela Secretaria do Idoso, além da aquisição dos equipamentos de ginástica necessários.
- 5) Oferta de atividade física aquáticas (piscina), por região, tais como natação, hidroginástica, hidroterapia, de forma gratuita para idosos
- 6) Disponibilizar mais locais para a prática de bocha, ao menos uma por região do município.
- 7) Promover, nos Centro de Convivência da Pessoa Idosa, de aulas de canto e música, teatro e incremento das atividades de artesanato.
- 8) Articulação, pela Secretaria do Idoso e/ou Conselho do Idoso, com instituições da cidade (exemplos: ACM, UTFPR, UNOPAR) para atendimento nos Centros de Convivência da Pessoa Idosa.
- 9) Oferta de oficinas que estimulem ao idoso possuir um hobby, tais como oficinas de leitura, teatro, canto, artesanato, culinária, floricultura, jogos, bingo, dança, dentre outras.

- 10) Disponibilizar, por exemplo, 01 vez por mês, um passeio pelos pontos turísticos de Londrina, tal como o ônibus de turismo de Curitiba (gratuito).
- 11) Aumento da equipe de profissionais nas áreas de esporte, cultura e lazer, de modo a atender a demanda que a população idosa tem destes serviços.
- 12) Internet gratuita (residencial, móvel, espaços públicos) para idosos.
- 13) Campanhas de informação, pela SMI, visando fortalecer o voluntariado nos Centros de Convivência da Pessoa Idosa.
- 14) Ter em cada centro de convivência da pessoa idosa de Londrina profissionais de Psicologia e Serviço Social.

→ Nível estadual e federal – 01 proposta

- 15) Garantia no orçamento ou investimento em estrutura para eventos culturais, espetáculos, festivais, shows e bailes, com entrada gratuita para idosos e com financiamento e divulgação pelo poder público nos meios de comunicação (exemplo: FILO).

EIXO 5 – EDUCAÇÃO

Educação: assegurando direitos e emancipação humana

→ Nível Municipal

- 1) Criação de cursos de formação continuada, seminários e palestras que possibilitem reintegração no trabalho e geração de renda ou possibilitem o autocuidado ou cuidado com outros idosos.
- 2) Campanhas educativas sobre direitos, como assentos em ônibus e vagas de estacionamento, por meio de parcerias com a Secretaria do Idoso, da Assistência, da Educação, do Conselho do Idoso e da CMTU.
- 3) Criar uma assessoria de informação que organize as diversas informações promovidas às pessoas no âmbito das políticas públicas (Saúde, Educação, Assistência Social e outras).

→ Nível estadual e federal – 05 propostas

- 4) Promoção de campanhas permanentes de conscientização sobre o envelhecimento, abertas à comunidade, sobre senescência e senilidade, sobretudo incluindo-os nos currículos escolares (proposta de nível municipal, estadual e federal)
- 5) Fomentar a ampliação dos projetos de extensão das Instituições de Ensino Superior, para que os alunos e professores dessas instituições ofereçam suas atividades nos serviços/órgãos públicos e instituição da sociedade civil, tais como postos de saúde, centros de convivência, dentre outros. (proposta de nível municipal, estadual e federal)
- 6) Garantia de educação formal pública e gratuita, tal como são garantidas às demais gerações, nos diferentes níveis do ensino (proposta de nível municipal, estadual e federal)
- 7) Inserção de tema envelhecimento nos currículos do ensino formal, visando também a aproximação intergeracional (entre gerações).
- 8) Fomento à criação de universidades abertas à terceira idade.

EIXO 6 – VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

→ Nível Municipal

- 1) Criação, implementação de equipes especializadas e capacitação da Guarda Municipal no atendimento à pessoa idosa, em situações de violação de direitos ou outras situações que incorram em risco à sua própria vida.
- 2) Constituir equipes próprias, com assistentes sociais e psicólogos, para a acolhida de denúncias e encaminhamento dos casos de idosos com direitos violados ao Serviço de Proteção Especial da Política Municipal de Assistência Social.
- 3) Melhoria da iluminação pública (maior segurança e garantia de acessibilidade).

→ Nível estadual e federal – 04 propostas

- 4) Campanhas de enfrentamento da violência à pessoa idosa por meio de parcerias com a Secretaria do Idoso, Secretaria de Assistência Social, Conselho do Idoso e Promotoria do Idoso e outros órgãos estaduais e federais (proposta de nível municipal, estadual e federal).
- 5) Criação de Vara e Delegacia exclusivas para atendimento da violência contra a pessoa idosa.
- 6) Designação, pelo governo do Estado, de Promotor exclusivo para a Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso de Londrina.
- 7) Ampliação de equipe técnica (Assistente Social e Psicólogo) nas Promotorias de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – Ministério Público Estadual.

EIXO 7 – CONSELHOS DE DIREITOS E CONTROLE SOCIAL

Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas

→ Nível Municipal

- 1) Campanhas contra exploração financeira relacionadas a empréstimos bancários e compras (dificuldade de parcelamentos e comprovação de renda, juros abusivos para pagamento a longo prazo, dentre outros).

→ Nível estadual e federal – 04 propostas

- 2) Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa na regulamentação do transporte intermunicipal de idosos.
- 3) Cobrar o cumprimento da proposta aprovada na 3ª Conferência Nacional da Pessoa Idosa, referente à criação da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa
- 4) Atuação dos Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa para solicitação de alteração de leis trabalhistas, de modo que filhos ou responsáveis legais possam abonar faltas ao serviço, por meio de atestado, quando acompanhando pais idosos em tratamento de saúde (consultas médicas e internações hospitalares).
- 5) Garantia de manutenção dos conselhos de direitos da pessoa idosa nas três esferas: municipal, estadual e federal.